

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ANDRESSA FRANÇA GINELI
JONATAN FIDELIS DA SILVA**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
2005 A 2016**

**SÃO MATEUS
2016**

**ANDRESSA FRANÇA GINELI
JONATAN FIDELIS DA SILVA**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
2005 A 2016**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Educação Física da Faculdade Vale
do Cricaré, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em
Educação Física.
Orientador: Me. Daniel Junior da Silva**

**SÃO MATEUS
2016**

ANDRESSA FRANÇA GINELI

JONATAN FIDELIS DA SILVA

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO 2005 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em 00 de Julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

PROF. Me. DANIEL JUNIOR DA SILVA

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

ORIENTADOR

PROF. CONVIDADO

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PROF. CONVIDADO

Dedicamos esse trabalho a todos aqueles que assim como nós, trabalharão para que a Educação Física possa se tornar cada vez mais importante e eficaz no processo de Inclusão e formação de bons cidadãos.

Agradecemos primeiramente a Deus, pois sempre tem nos guiado e dado força para chegar até aqui, e as nossas famílias por sempre nos apoiarem e darem o apoio necessário para continuar seguindo em frente. E um agradecimento especial ao nosso querido orientador Prof. Me. Daniel Júnior da Silva por ter estado ao nosso lado durante todo esse processo.

“Os educadores conscientes da ação que praticam e do papel que desempenham não se contentam com a rotina pedagógica e os hábitos escolares estruturados”.

Chaydt, 1997.

RESUMO

Este estudo buscou identificar quais discussões estão sendo feitas sobre o processo de inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar, analisando as possibilidades e limites apresentados no processo pedagógico inclusivo na escola. Foi adotado como procedimento metodológico um levantamento em fontes como os periódicos, indexadores, diretórios e bancos de teses e dissertações da produção científica da Educação Física, dos últimos 10 anos, sobre a inclusão e acessibilidade do aluno surdo na disciplina escolar, bem como uma revisão sobre a temática e as teorias referentes à educação e cultura surda. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, elaborada com base em material já publicado. Procedeu-se a classificação da pesquisa, levantamento das produções e organização das buscas para obtenção dos dados. Mediante as análises dos trabalhos encontrados, emergiram 04 categorias: a importância do professor de Educação Física no processo de inclusão; metodologias utilizadas pelos professores, que são insatisfatórias e não apresentam eficácia no ensino; a falta de capacitação dos professores para incluir os alunos com deficiências em suas aulas e a falta da disciplina libras nos cursos de formação docente.

Palavras-chave: Surdez; Inclusão; Educação Física escolar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 DEFINIÇÃO DE SURDEZ	13
2.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO E NO BRASIL	15
2.3 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	19
2.4 INCLUSÃO DO SURDO NA EDUCAÇÃO.....	20
2.5 ACESSIBILIDADE DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	21
2.6 FATORES QUE FAVORECEM A INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	27
2.6.1 Disciplina de Libras na Formação dos Professores	27
2.6.2 Disciplina de Libras no Ensino Regular	31
2.6.3 O Intérprete de Libras no Ensino Regular	33
2.7 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS SURDOS	36
3 METODOLOGIA	39
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	39
3.2 LEVANTAMENTO DA PESQUISA.....	40
3.3 RESULTADOS DAS BUSCAS.....	41
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	44
4.1 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO	44
4.2 AS METODOLOGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES, QUE SÃO INSATISFATÓRIAS E NÃO APRESENTAM EFICÁCIA NO ENSINO	45
4.3 A FALTA DE CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES PARA INCLUIR OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS EM SUAS AULAS	47

4.4 A FALTA DA DISCIPLINA LIBRAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6 REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito tem se falado sobre inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, não só surdos que é foco principal do trabalho, mas pessoas com os mais variados tipos de deficiências, em todos os ambientes possíveis, principalmente no âmbito escolar, onde essa temática tem, ou deveria ter, uma abordagem totalmente especial garantindo que esse público, independente da sua deficiência, possam ser incluídas e passem a ter as mesmas oportunidades das demais pessoas da sociedade.

Ao contrário do que acontecia no passado, hoje vemos um público com todo tipo de deficiência frequentando escolas regulares de ensino, inclusive os sujeitos surdos, muito graças a todas as discussões que a temática promove, como também pelas leis que garantem que essas pessoas sejam inseridas no contexto escolar regular e que possam desfrutar de todas as experiências que a escola possa lhes proporcionar por meio dos diversos conhecimentos necessários para uma formação sociocultural, ensinados nas aulas por várias disciplinas, como o português, a matemática, a Educação Física, entre outras.

No caso da Educação Física Escolar, podemos perceber que a necessidade de reestruturar-se, tanto no currículo quanto nos conteúdos e na didática, para atender a legislação brasileira tem tido avanços. Porém, é sabido que, para que realmente haja um processo de inclusão é necessário que ocorra uma transformação cultural e pedagógica nas escolas e nos professores de Educação Física, pois é de suma importância que as aulas sejam pensadas de maneira homogênea e ao mesmo tempo diversa, para que todos os alunos, sejam eles ouvintes ou não, possam participar de maneira efetiva.

Portanto, pensando nas questões acima, surgiu a necessidade de que fosse feita uma pesquisa, buscando fontes que pudessem trazer uma reflexão e discussão sobre a temática e que convergissem para o processo de inclusão do aluno surdo na disciplina de Educação Física no curso regular de ensino, especialmente durante as aulas no momento escolar. Sendo assim, o presente estudo busca responder a

seguinte questão: O que tem sido discutido na área da Educação Física escolar, nos últimos 10 anos, sobre a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física?

Para tentar responder nosso questionamento, objetivamos de maneira mais geral realizar uma busca nos periódicos, bancos de dados e indexadores da área de produção científica da Educação Física escolar, sobre a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física. Nesse sentido, objetivamos de maneira mais específica identificar nos trabalhos encontrados quais discussões estão sendo feitas sobre o processo de inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física e analisar quais as possibilidades e limites apresentados no processo pedagógico de inclusão do aluno surdo na aula de educação física escolar.

A área de concentração deste trabalho é a inclusão e a acessibilidade do aluno surdo nas aulas de Educação Física. Dessa forma, podemos delimitar o tema proposto buscando pesquisar: a história da educação do surdo no mundo e no Brasil (Lacerda, 1998); a história da LIBRAS e sua definição (Vargas e Gabana, s.d.); Acessibilidade do aluno surdo na Educação Física (Camissão); Fatores que favorecem a inclusão e acessibilidade dos alunos surdos na escola e nas aulas Educação Física (Almeida e Vitalino, 2012), (Muniz, 2013); Educação Física no processo de inclusão social dos alunos surdos (Casaroto, 2012) e outros, que servira de embasamento teórico para nosso trabalho.

As discussões sobre a inclusão do aluno surdo na Educação Física escolar, fazem-se necessárias devido ao fato de que o surdo, assim como o ouvinte, é um ser humano com direitos, resguardados principalmente pela as Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), Lei de inclusão da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015), Lei de LIBRAS (Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002) e o decreto da educação especial (Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011). A educação, por exemplo, é um direito de todos, segundo a Constituição Federal de 1988 no capítulo II ART.6º que garante a educação como um dos direitos sociais e por isso é necessário inserir o aluno surdo no ensino regular.

Portanto, o presente texto entra no campo das discussões sobre a acessibilidade e inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física na tentativa de contribuir com as reflexões sobre as teorias e práticas que envolvem os processos pedagógicos de atendimento a esse público em específico. Considerando que muitos trabalhos estão abordando a falta de capacitação dos professores, que conseqüentemente leva a utilização de métodos pouco eficazes para efetivar a inclusão, e proporcionar uma aprendizagem significativa. Destarte, se faz necessário a reconstrução desses métodos, para que ocorra uma transformação das práticas no âmbito escolar.

Certo da importância acadêmica que esse trabalho representa, também devemos ressaltar a sua relevância científica, já que, a partir dos resultados que são apresentados aqui, poderão influenciar novas pesquisas na área, além de servir como um ponto de partida para aqueles que desejam abordar o assunto sobre a inclusão de pessoas surdas no ensino regular, transformando-os de meros espectadores, a sujeitos integrantes do processo de aprendizagem.

Assim como, apresentar novos conhecimentos para a sociedade, como a história e os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiências, além de provocar a reflexão ética das mesmas, com objetivo de desconstruir alguns preconceitos que estão enraizados culturalmente e tradicionalmente na sociedade, na qual acabam resultando em atitudes excludentes e, desse modo, seja possível perceber que todos são diferentes, mas que possuem direitos iguais e devem ser respeitados em qualquer ambiente.

Tendo visto a importância dessa discussão, sobre a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar, faz-se necessário compreender a trajetória e as transformações ocorridas durante todos esses anos, que influenciaram nas reflexões sobre o processo de inclusão. Sendo assim, veremos a seguir os contextos em que se desenvolveram tais processos, sinalizando alguns pontos específicos, que contribuirão para o embasamento da nossa pesquisa.

Dessa forma, o trabalho será apresentado na seguinte ordem: referencial teórico, que trata do que serviu como base para fundamentação da pesquisa;

metodologia, que aborda as normas metodológicas e sistemáticas que foram usadas para a construção do trabalho e realização do levantamento dos dados; análises e interpretação dos dados, que se deu através da leitura sistemática e uma análise simples daquilo que se foi encontrado através levantamento de dados; considerações finais, que é uma análise final sobre tudo que se foi discutido, a quais conclusões chegamos após a análise dos dados e por fim as referências, que é onde os autores, textos e leis citados no trabalho podem ser encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Abordaremos a seguir assuntos pertinentes ao nosso tema, para uma compreensão sobre a definição de surdez e do conhecimento histórico da educação dos surdos no mundo e no Brasil. Em seguida, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), enfatizando a Inclusão do surdo na Educação, a qual é assegurada por Lei, e depois direcionar para a área da Educação Física, discutindo as questões da Acessibilidade do aluno surdo nas aulas da disciplina, nas quais podem ser discutidas a fim de desconstruir preconceitos, por parte dos ouvintes, em relação aos surdos.

Posteriormente, falaremos sobre os fatores que favorecem a Inclusão e Acessibilidade dos alunos surdos na escola e nas aulas de Educação Física escolar, sendo divididos em 03 subtítulos: Disciplina de LIBRAS na formação de professores e no ensino regular, para que não somente os surdos aprendam as disciplinas usuais dos ouvintes, mas também, que os ouvintes aprendam a língua de sinais para facilitar a comunicação com os alunos surdos; o Intérprete de LIBRAS no Ensino Regular, que seria um facilitador do aprendizado, desde que tenha uma boa formação; e por fim, a importância da Educação Física no processo de Inclusão social dos alunos surdos, na qual por meio das atividades, desenvolvem os aspectos: físico, cognitivo, afetivo, social e cultural do aluno, surdo e ouvinte, considerando que o professor tem um papel decisivo nesse processo de aprendizagem e inclusão.

2.1 DEFINIÇÃO DE SURDEZ

Durante muitos anos ouvimos falar sobre a surdez e algumas considerações têm sido feitas sobre o sujeito surdo e suas definições. No Brasil, diante aos diversos movimentos e políticas educacionais, podemos tomar como ponto de partida o Decreto 5.626/2005 (capítulo I, artigo 2º) que define e classifica a surdez, pois:

[...] considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005).

Seguindo esse pensamento, Quadros (apud MENOSSI, s.d.) aborda a origem do termo surdo, como apresentado a seguir:

Etimologicamente, o termo surdo tem origem no latim (*surdus*) e no grego (*kophós*) designativo de uma situação dupla: o homem que não escuta e o homem que não é entendido. Também indica o entorpecido, passando a significar, depois de Homero (*kopháomai*), referente ao ato de ficar mudo, ser estúpido ou insensível. Na primeira designação, há uma referência à qualidade daquela pessoa que, por sua singularidade, torna-a diferente das demais. Já, após Homero, com a significação de 'mudo' introduz-se um equívoco, ou seja, de que o surdo não fala e que a fala é entendida no âmbito único da oralidade. Também, introduz-se a ideia de dupla falta: incapacidade física (órgão auditivo defeituoso) e incapacidade emocional (estúpido e insensível).

Antigamente o surdo, ou a pessoa que possuía algum tipo de deficiência, era tratado de forma diferente das pessoas ouvintes, ou dito normais, sendo dessa forma discriminado, rejeitado e considerado pela sociedade um ser irracional, sem direito à educação, pelo fato de não ouvir e não falar. Exemplo disso acontecia “Na idade média as pessoas que nasciam com alguma deficiência eram chamadas de aberrações, bruxos e até castigo de Deus” (VARGAS e GOBARA, s.d., p.2).

Nos dias de hoje, os surdos são consideradas pessoas que apresentam necessidades especiais e que, no estado de direitos, não podem sofrer diferenciações dos ouvintes, quando falamos em atendimento. As pessoas surdas são seres humanos como qualquer outro, dotados dos mesmos sentimentos, desejos e capacidades, necessitando das mesmas oportunidades e direitos que os ouvintes em sociedade.

Os surdos tiveram uma trajetória muito difícil, e nessa passagem histórica ocorreram várias mudanças marcantes, proporcionando à história da surdez, oportunidades de desenvolvimento cultural e social. No Brasil, por volta de 1857, as pessoas surdas eram consideradas como sujeitos incapazes e não tinham direitos legais. Isso começou a mudar quando um professor francês, surdo, chamado

Hernest Huert, veio para o país e criou o Instituto de Surdos-Mudos. Depois do fato, uma nova visibilidade é dada a educação do surdo, ganhando uma importância e passando a ser trabalhada (MENOSSI, s.d.), como veremos a seguir.

2.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO E NO BRASIL

Segundo Lacerda (1998), no início da história da educação dos surdos, acreditava-se que os mesmos deveriam aprender a língua dos ouvintes, para adaptarem-se à sociedade em que viviam. No entanto, no começo do século XVIII, houve uma controvérsia entre oralistas e gestualistas, onde os primeiros impuseram a oralização, exigindo que os surdos superassem sua deficiência auditiva e passassem a falar como ou ouvintes, ou pelo menos tentar. Já os gestualistas compreendiam melhor as dificuldades de fala do surdo, percebendo assim que o surdo tinha a capacidade de desenvolver uma linguagem própria, que mesmo diferente da oral, facilitava a comunicação tanto entre a comunidade surda quanto entre surdos e ouvintes. O oralismo e a gestualização continuaram em oposição até os dias atuais, mesmo com tantas evoluções educacionais.

Na abordagem gestualista, surge um importante representante:

[...] o "método francês" de educação de surdos. O abade Charles M. De L'Epée foi o primeiro a estudar uma língua de sinais usada por surdos, com atenção para suas características lingüísticas. O abade, a partir da observação de grupos de surdos, verifica que estes desenvolviam um tipo de comunicação apoiada no canal viso-gestual, que era muito satisfatória. Partindo dessa linguagem gestual, ele desenvolveu um método educacional, apoiado na linguagem de sinais da comunidade de surdos, acrescentando a esta sinais que tornavam sua estrutura mais próxima à do francês e denominou esse sistema de "sinais metódicos". A proposta educativa defendia que os educadores deveriam aprender tais sinais para se comunicar com os surdos; eles aprendiam com os surdos e, através dessa forma de comunicação, ensinavam a língua falada e escrita do grupo socialmente majoritário. (LACERDA, 1998, p.3)

L'Epée mostrou segurança em suas práticas educativas que envolviam os surdos, não sendo influenciado pela classe majoritária oralista, tanto que em 1775 fundou a primeira escola para surdos, como menciona Lacerda (1998, p.4):

Em 1775, fundou uma escola, a primeira em seu gênero, com aulas coletivas, onde professores e alunos usavam os chamados sinais metódicos. Divulgava seus trabalhos em reuniões periódicas e propunha-se a discutir seus resultados. Em 1776, publicou um livro no qual divulgava suas técnicas. Seus alunos manejavam bem a escrita, e muitos deles ocuparam mais tarde o lugar de professores de outros surdos. Nesse período, alguns surdos puderam destacar-se e ocupar posições importantes na sociedade de seu tempo. O abade mostrava-se orgulhoso de que seus discípulos não só liam e escreviam em francês, mas que podiam refletir e discutir sobre os conceitos que expressavam, embora houvesse avaliações contrárias que indicavam haver profundas restrições nesse suposto êxito. [...] Para De L'Épée, a linguagem de sinais é concebida como a língua natural dos surdos e como veículo adequado para desenvolver o pensamento e sua comunicação. Para ele, o domínio de uma língua, oral ou gestual, é concebido como um instrumento para o sucesso de seus objetivos e não como um fim em si mesmo. Ele tinha clara a diferença entre linguagem e fala e a necessidade de um desenvolvimento pleno de linguagem para o desenvolvimento normal dos sujeitos.

No entanto, apesar do sucesso adquirido com seu trabalho com os surdos, L'Épée foi criticado por importantes pedagogos oralistas, como Heinicke, que desenvolvia um método diferente de trabalho com os surdos na Alemanha. Para Heinicke, sem fala (ou língua oral) não existe pensamento, e a língua escrita deve seguir a língua oral. O método de ensino através da língua de sinais era considerado inapropriado para o progresso dos alunos surdos (LACERDA, 1998).

Sendo assim, de acordo com Lacerda (1998), devido à intensa rivalidade entre os métodos de ensino para surdos, em 1878, em Paris, foi realizado o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, onde alguns grupos defendiam a língua oral, ao mesmo tempo em que consideravam a língua de sinais importante para a comunicação das crianças surdas. Os surdos puderam se beneficiar desse congresso, no qual assinaram documentos, saindo parcialmente da "marginalidade" social.

Em 1880, houve um marco histórico que mudou drasticamente os rumos da educação dos surdos, que foi o II Congresso Internacional, em Milão, na Itália:

[...] que trouxe uma completa mudança nos rumos da educação de surdos e, justamente por isso, ele é considerado um marco histórico. O congresso foi preparado por uma maioria oralista com o firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos. O método alemão vinha ganhando cada vez mais adeptos e estendendo-se progressivamente para a maioria dos países europeus, acompanhando o destaque político da Alemanha no quadro internacional da época. (1998, p.5)

Com o método alemão ganhando cada vez mais força na Europa, e um congresso preparado por uma maioria de oralistas, o Congresso internacional de Milão não foi somente um marco histórico, foi muito além, marcando significativamente toda a sociedade e cultura surda, tendo em vista o duro golpe que a linguagem gestual recebeu quando foi praticamente banida da comunicação dos surdos usada na época.

Lacerda ressalta os acontecimentos do Congresso, dizendo que:

As discussões do congresso foram feitas em debates acaloradíssimos. Apresentaram-se muitos surdos que falavam bem, para mostrar a eficiência do método oral. Com exceção da delegação americana (cinco membros) e de um professor britânico, todos os participantes, em sua maioria europeus e ouvintes, votaram por aclamação a aprovação do uso exclusivo e absoluto da metodologia oralista e a proscrição da linguagem de sinais. Acreditava-se que o uso de gestos e sinais desviasse o surdo da aprendizagem da língua oral, que era a mais importante do ponto de vista social. As resoluções do congresso (que era uma instância de prestígio e merecia ser seguida) foram determinantes no mundo todo, especialmente na Europa e na América Latina. As decisões tomadas no Congresso de Milão levaram a que a linguagem gestual fosse praticamente banida como forma de comunicação a ser utilizada por pessoas surdas no trabalho educacional. (LACERDA, 1998, p.5)

Lacerda (1998) e Strobel (2009) abordam que, a partir da abolição do uso da língua de sinais, os professores surdos foram excluídos das escolas. Em 1960, por exemplo, os professores surdos nos Estados Unidos representavam apenas 12% (doze por cento) do total de professores no mundo. Assim, o oralismo tornou-se um referencial mundial de educação para surdos e ouvintes.

Por décadas, o método oralista foi trabalhado com os surdos, mas sem muito sucesso. A educação dos surdos tornou-se cada vez pior para eles, sendo que as qualificações e habilidades sociais das crianças surdas adquiridas nas escolas eram bem inferiores em relação aos ouvintes. A partir daí, o povo surdo passou a lutar pelo seu direito linguístico, pelo uso da língua de sinais.

Na história sobre a surdez, podemos dividir em 03 (três) grandes fases, segundo Strobel (2009, p.12):

Revelação cultural: Nesta fase os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita e há evidência de que antes do congresso do Milão havia muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem-sucedidos; **Isolamento cultural:** ocorre uma fase de isolamento da comunidade surda em consequência do congresso de Milão de 1880 que proíbe o acesso da língua de sinais na educação dos surdos, nesta fase as comunidades surdas resistem à imposição da língua oral; **O despertar cultural:** a partir dos anos 60 inicia uma nova fase para o renascimento na aceitação da língua de sinais e cultura surda após de muitos anos de opressão ouvintista para com os povos surdos.

A fase do despertar cultural é a fase em que os surdos passam a ser aceitos na sociedade ouvinte, conquistando o direito de usar a língua de sinais. No Brasil, por exemplo, os primeiros passos da conquista da língua de sinais pelos surdos foram dados a partir do alfabeto manual.

De acordo com Almeida e Almeida (2012), a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) deu seus primeiros passos no Brasil a partir da utilização do alfabeto manual, pois

[...] com o alfabeto manual, de origem francesa, os próprios alunos surdos vindos de vários lugares do Brasil, trazidos pelos pais, difundiram essa novidade onde viviam. E em 26 de setembro de 1857, fundou-se no Rio de Janeiro a primeira escola para surdos no Brasil, intitulada Instituto de Educação dos Surdos (INES) e nesse mesmo dia comemora-se o Dia Nacional dos Surdos no Brasil. Depois de passar os conhecimentos de Educação Europeia e ter ensinado o alfabeto manual para os surdos, Huet foi embora para lecionar no México devido a alguns problemas pessoais e o Instituto ficou no comando de Frei do Carmo. A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), é mais um espaço conquistado pelos surdos. Nesse local, eles compartilham sentimentos, concepções, ideias, valores e significados, e que são levados para Teatro Surdo, na Poesia Surda, na Pintura Surda, na Escultura Surda e assim por diante. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos) Segundo Albres, a Federação Nacional de Educação dos Surdos – FENEIS, em 1998, preocupada com a grande diferença de sinais para facilitar a comunicação, principalmente entre os instrutores surdos. (ALMEIDA e ALMEIDA, 2012, p.2-3)

A partir daí, os surdos passaram a ter sua própria identidade, tendo plena consciência de sua condição bilíngue, adquirindo o direito do uso livre da LIBRAS, bem como da língua portuguesa (ALMEIDA e ALMEIDA, 2012). Essa representação da língua de sinais brasileira, marca a cultura surda no país, pois já podemos encontrar definições mais contundentes em nossa sociedade, como veremos a seguir.

2.3 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

A Língua Brasileira de Sinais é uma ferramenta de inclusão que auxilia na formação do indivíduo surdo, fazendo com que ele possa estabelecer um meio de se comunicar com o mundo ao seu redor, abrindo portas para uma perspectiva de uma vida melhor. A Lei nº 10.436/2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências, a saber:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**).

Sendo assim, o reconhecimento de LIBRAS é a garantia da sua inclusão na educação, por meio legal, e é muito importante para os surdos, pois é por meio dela que se estabelece a sua comunicação e interação com o meio social. Ressalta-se que a LIBRAS é a primeira língua dos surdos e o Português é a segunda. É nessa perspectiva que entendemos a necessidade de discussão dos processos inclusivos na surdez, veremos adiante.

2.4 INCLUSÃO DO SURDO NA EDUCAÇÃO

Sabe-se que a educação inclusiva é um processo social que vem ganhando adeptos com objetivo de desempenhar um papel igualitário na escola nos tempos atuais. Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim como qualquer outra pessoa, todo sujeito que possui alguma deficiência, seja ela qual for, tem direito à educação assegurada pelo Estado. A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo IV, artigo 27, dispõe que as pessoas com deficiência têm direito à educação e a um sistema educacional inclusivo tanto na educação infantil quanto nos ensinos fundamental, médio e superior, a fim de garantir que a pessoa com deficiência desenvolva seus talentos e habilidades em geral.

Entende-se que a educação inclusiva nas escolas visa o processo de inclusão de pessoas que possuem necessidades especiais, em qualquer grau de escolaridade, no ensino básico regular. Dessa forma, as pessoas com deficiência terão as aulas da educação formal em salas de ensino juntamente com pessoas que não possuem deficiências.

Entre aqueles que possuem necessidades especiais, inclui-se o sujeito surdo que vem lutando pelos seus direitos de cidadão, e que por muito tempo foi negligenciado. Segundo a Declaração de Salamanca (1990, apud ARAÚJO, 2012, p.5) “O surdo deve ser inserido de fato, para que possa ter sua cidadania respeitada”.

Nesse sentido, vemos também, como garante a Constituição Federal 1988, no Art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), por exemplo, é uma entidade filantrópica que defende os direitos dos surdos, como aborda Nicolau (2008, s.p.):

A FENEIS é filiada à Federação Mundial de Surdos (FMS/WFD), que tem sede e administração na Finlândia. Esta última tem como meta básica a defesa dos direitos dos surdos, possuindo relações intrínsecas com a ONU, UNESCO, OEA e OIT, no sentido de juntas garantirem os direitos culturais, sociais e lingüísticos dessa população em todos os continentes e com a qual a FENEIS mantém intercâmbio constante, recebendo informações científicas de todas as áreas envolvidas.

Enfim, tomando todas essas considerações, a respeito da inclusão do sujeito surdo na rede regular de ensino, pensamos que devem ser respeitados alguns pontos que garantirão a esses indivíduos, o seu direito. Como veremos a seguir, alguns desses pontos e conceitos que sinalizam caminhos possíveis, que nos ajudarão a refletir sobre esse processo.

2.5 ACESSIBILIDADE DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Como vimos, a história demonstra que a pessoa surda não possuía muito espaço na sociedade, muito menos tinha acesso à educação regular. Diferente de hoje, cujas políticas de inclusão e acessibilidade, que tem se desenvolvido ao longo dos anos, temos visto que as portas vêm se abrindo na escola para esse público. Apesar disto, muito tem se falado sobre acessibilidade, mas o que é de fato acessibilidade?

Diante algumas definições sobre a acessibilidade, de maneira geral, podemos iniciar nosso entendimento à resposta, buscando na própria legislação brasileira, no DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, o termo sendo definido da seguinte forma:

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se: I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação

e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL,2004).

Embora a legislação seja um excelente ponto de partida para essa discussão, ela não deve ser a única definição a ser abordada, pois existem diversas definições e tipos de acessibilidade a serem levadas em consideração e que nos ajudam a entender a importância da acessibilidade no contexto da inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar.

Por isso, apresentaremos a seguir, em forma de categorias, alguns conceitos de acessibilidade que influenciam diretamente, ou indiretamente, no processo de inclusão do aluno surdo na escola e em demais espaços sociais, assim como mencionado pela UNOESC (2013):

A) Acessibilidade Atitudinal: Refere-se à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.

B) Acessibilidade Arquitetônica: Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos. Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.

C) Acessibilidade Metodológica: Conhecida também como pedagógica é a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irão determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como, por exemplo, pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

D) Acessibilidade Programática: Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros). Ocorre quando a instituição promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação. Muitas vezes esses estudantes não têm conhecimento dos seus direitos e, em razão disso, não vislumbram, por exemplo, a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criadas com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.

E) Acessibilidade Instrumental: Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva). Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação.

F) Acessibilidade nos Transportes: Forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte. Percebe-se a aderência das instituições a esse tipo de acessibilidade quando existe transporte coletivo à disposição dos estudantes e aqueles com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida consegue fazer uso do mesmo com segurança e autonomia, sem nenhum prejuízo para sua locomoção.

G) Acessibilidade nas Comunicações: É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de LIBRAS – e Decreto de Acessibilidade.

H) Acessibilidade Digital: Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. Evidencia-se a existência dessa acessibilidade, por exemplo, quando uma IES possui os acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

Portanto, para que a inclusão do aluno surdo aconteça efetivamente nas aulas de Educação Física escolar, devem ser garantidas a eles, minimamente, segundo os conceitos discutidos, as acessibilidades: atitudinal, metodológica, instrumental e nas comunicações.

Na acessibilidade atitudinal, o surdo precisa ser notado e tratado sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, levando em consideração que ele é um ser humano dotado das mesmas emoções e sentimentos que os demais. Sua única diferença é que ele tem uma necessidade educacional visual e precisa ter uma atenção especial voltada para seu aprendizado.

Em relação à acessibilidade metodológica, o surdo precisa que o ensino fornecido pelo professor permita que o intérprete o acompanhe, para assim obter um ensino satisfatório da mesma “forma” que os ouvintes. É de suma importância o trabalho em conjunto do professor e do intérprete, desde a elaboração dos planos de aula até a aplicação do conteúdo em si.

Para que a acessibilidade instrumental aconteça, é preciso inserir a LIBRAS como disciplina curricular no ensino regular, a fim de viabilizar o ensino tanto para os ouvintes quanto para os surdos. Nesse caso, a LIBRAS permitiria ao surdo a superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo escolar, de lazer e recreação nas aulas de Educação Física.

No que diz respeito à acessibilidade nas comunicações, percebe-se, mais uma vez, a necessidade da inserção da LIBRAS no currículo escolar, a fim de facilitar a comunicação e a interação entre surdos e ouvintes. Sem a LIBRAS, esse processo se torna muito desgastante para ambas as partes, o que dificultaria o acesso da pessoa surda nas aulas de educação física.

O aprendizado do surdo precisa ser iniciado em escolas regulares, para que haja integração entre surdos e ouvintes, e assim promovendo a inclusão. No entanto, existem algumas dificuldades que prejudicam o aprendizado e o convívio social do aluno surdo nas escolas, como apresentado a seguir:

O problema linguístico cognitivo é apontado como o principal agravante nas dificuldades de aprendizagem das crianças surdas. A criança sendo surda não recebe estímulos auditivos e não consegue aprender a língua oral. A falta da compreensão da língua falada a impede de desenvolver uma linguagem (em geral seus pais são ouvintes). O período inicial de sua vida é caracterizado por atraso na linguagem e na comunicação. Nesse processo seu pensamento também não se desenvolve e ela enfrentará problemas, pois, ainda pequena ela já estará em defasagem no seu desenvolvimento cognitivo em relação às crianças de sua faixa etária. Embora a grande maioria das crianças surdas tenha seu intelecto preservado, sem os estímulos iniciais comuns a todas as crianças ela terá dificuldade em compreender as crianças de mesma idade e poderá afastar-se do convívio. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013, s.p.)

No ambiente escolar, o meio físico acessível possibilita a integração dos alunos, além de melhorar seu desempenho e facilitar a inclusão das pessoas com deficiências. Se os ambientes escolares forem inacessíveis para o público com deficiências, como os surdos, existirá a grande possibilidade de que esses indivíduos enfrentem dificuldades até mesmo no mercado de trabalho. Isso por que,

Os ambientes inacessíveis são fator preponderante na dificuldade de inclusão na escola para as pessoas com deficiência e podem determinar que alguns sejam excluídos também do mercado de trabalho. O meio pode reforçar uma deficiência valorizando um impedimento ou torná-la sem

importância naquele contexto. Pode tornar-nos mais *eficientes*, hábeis ou independentes. Na última década, com a reformulação de condutas nos meios de educação modernos, incorporou-se o conceito de *Educação Inclusiva*, que trouxe para as salas de aula do ensino regular, muitas das crianças anteriormente educadas em *escolas especiais*, devido a deficiências físicas e sensoriais as mais diversas. A conjugação dos conceitos atuais de *Educação Inclusiva e Desenho Universal*, nos leva a rever com premência a escola de hoje, não apenas como instituição de ensino, mas como espaço arquitetônico que a contém. As escolas passaram então, a receber um contingente de alunos que apresentam diferentes formas para caminhar, deslocar-se, escrever, brincar. E se espera das instituições, que seus professores, seu espaço, seu mobiliário, estejam adequados a recebê-los. (CAMISÃO, s.d., s.p.)

Algumas barreiras, por exemplo, podem impedir o aluno com deficiência de ter acesso ao banheiro ou ao computador na escola. Isso causa exclusão social, não havendo possibilidade de incluir. A inclusão pode ser viabilizada pela disposição de professores e funcionários que se empenham para isso. No entanto, “É preciso que a infraestrutura da escola seja coerente com os *princípios de inclusão*, e espelhe o respeito a estes alunos, através do cuidado com instalações aptas a recebê-los sem restrições, em um meio-ambiente atento às suas *diferenças*” (CAMISÃO, s.d., s.p.).

Contudo, é necessário desenvolver um trabalho em equipe, para superar essas barreiras exclusivas, que são construídas por vários setores como mencionado a seguir, pois

Há muitos obstáculos que podem ser enunciados para não ser praticada uma educação inclusiva, entre eles estão à falta de formação ou formação inadequada dos professores, a falta de recursos humanos e materiais, os espaços inadequados, as políticas não ajustadas às situações, entre outros (GALLO *et al*, 2010, p.4).

Sendo assim, para garantir a inclusão e a acessibilidade do aluno surdo na educação, bem como nas aulas de Educação Física, é preciso que haja mudanças. Os professores, em geral, precisam se comprometer com a educação inclusiva, assim como o governo, que deve garantir acessibilidade às escolas públicas, como instalações físicas adequadas a qualquer tipo de deficiência. Quanto às escolas privadas, estas também precisam viabilizar a acessibilidade dos alunos com deficiências.

2.6 FATORES QUE FAVORECEM A INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Apresentaremos a seguir, alguns elementos fundamentais para garantir, não só a acessibilidade do aluno surdo nas aulas de Educação Física, mas também, o que favorecerão a sua inclusão no âmbito regular de ensino e o que lhe ajudará a transcender as barreiras que o colocam como um mero espectador no meio escolar.

2.6.1 Disciplina de LIBRAS na Formação dos Professores

Quando nos comunicamos com uma pessoa é necessário que haja, de ambas as partes, uma compreensão, um entendimento da mensagem a ser transmitida. Dessa mesma forma ocorre na sala de aula, onde a comunicação (que é a ação de transmitir uma mensagem e, eventualmente receber uma resposta), e a comunicação e compreensão aluno-professor é algo imprescindível para que haja aprendizado, tanto para ouvintes como para surdos, e para que ocorra essa compreensão é necessário que a comunicação aconteça de forma clara e eficaz. No caso dos ouvintes, normalmente essa comunicação acontece sem maiores dificuldades, mas quando se trata de alunos surdos nem sempre essa comunicação é tão fácil, pois é preciso que o professor tenha o conhecimento de Libras ou que um intérprete esteja presente durante as aulas.

Compreendendo que a comunicação entre aluno-professor passa pela questão linguística, então não seria interessante que o professor, no seu processo de formação acadêmica, concluísse o curso superior sabendo LIBRAS? Pensando nisso discutiremos acerca da disciplina de LIBRAS no currículo formativo dos Professores, com base no que diz o Decreto 5.626/2005.

O Decreto 5.626/2005 – capítulo II – aborda que a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular é obrigatória nos cursos de formação de professores, como mencionado a seguir:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (BRASIL, **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**).

A inclusão escolar de alunos com deficiência é um importante tema a ser abordado na formação de professores, pois existem diversas formas dos alunos adquirirem o seu aprendizado, sendo importante fornecer um ensino de qualidade. No entanto,

Sabemos que a realidade, em relação à qualidade que tanto se prega, está bem aquém das políticas propostas para a educação de alunos com NEE. Em relação às pessoas surdas, embora a legislação preveja mecanismos de acessibilidade para elas, o que se tem alcançado é o mínimo em relação ao necessário (ALMEIDA e VITALIANO, 2012, p.2).

No Brasil, segundo Almeida e Vitaliano (2012), existe um conjunto de leis designado Políticas Públicas, mas permanece um grande distanciamento entre essas políticas e a sua prática, não sendo diferente com as políticas públicas educacionais na área de educação de surdos. Segundo Tavares e Carvalho (2010 apud ALMEIDA E VITALIANO 2012, p.2):

Com as políticas públicas educacionais na área de educação de surdos, não é diferente. Há lei para acessibilidade que garante intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa durante as aulas, flexibilidade na correção das provas escritas, materiais de informação aos professores sobre as especificidades do aluno surdo etc. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades, que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los. Por outro lado, professores, em sua maioria, sem conhecimento mínimo da Libras e, algumas vezes, subsumido por uma carga horária de trabalho exaustiva, não têm tempo para buscar uma formação continuada na área.

Esse distanciamento, citado por Almeida e Vitaliano (2002), em grande parte, se dá pela dificuldade encontrada na comunicação entre o professor e o aluno surdo, como já dissemos anteriormente, a relação e compreensão professor-aluno é de suma importância, e quando essa comunicação não acontece de maneira efetiva, acaba virando uma barreira enorme no processo de inclusão. Assim, “As barreiras

comunicativas, bem como o desconhecimento das necessidades educativas especiais na escola, acabam gerando dificuldades e equívocos relacionados ao atendimento educacional de alunos surdos” (ALMEIDA e VITALIANO, 2012, p.2).

Tudo isso, devido a uma ideia vinculada à tradição oralista e:

[...] ao que se pregou por muito tempo durante esse período, muitos professores, ao receberem um aluno surdo em sala de aula, colocam-no à frente dos demais, na primeira carteira e procuram falar de frente para o aluno supondo que ele fará leitura labial e conseguirá acompanhar as aulas como os demais alunos e que irá se comunicar como os demais (ALMEIDA e VITALIANO, 2012, p.2-3).

Almeida e Vitalino (2012, p.3) ressaltam que “Um dos motivos desses comportamentos diante do aluno surdo deve-se à formação do professor [...]”, no entanto, é preciso considerar alguns elementos no que diz respeito à disciplina de LIBRAS, como o conteúdo, que segundo os autores, acaba priorizando “[...] discussões voltadas para a deficiência auditiva em detrimento do conhecimento cultural, linguístico e pedagógico para a atuação com alunos surdos”.

As disciplinas curriculares, em geral, vão se atualizando cada vez mais com o passar do tempo, e com isso vão sendo reformuladas. Ter a LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério é um grande progresso. Segundo Strobel (2008), é raro encontrar professores capacitados para trabalhar com os alunos surdos em sala de aula. Nas universidades, por exemplo, não havia especializações na área de LIBRAS nos cursos de Pedagogia. No entanto, a partir do Decreto 5.626/2005, existe a possibilidade de melhoria na formação inicial dos pedagogos, tendo a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória.

O conhecimento da LIBRAS permite ao professor a busca de novos métodos de ensino, facilitando o relacionamento entre professor e aluno. De acordo com Almeida e Vitaliano (2012, p.4):

O conhecimento da Libras [...] quanto à sua estrutura lexical, sintática e semântica, seria fundamental ao professor, no sentido de buscar formas de explicar um conteúdo de modo mais claro e sucinto, facilitando o trabalho do

tradutor-intérprete, bem como possibilitar uma melhor interação entre professor e aluno.

É interessante ressaltar que o Decreto 5.626/2005 não exige que o professor aprenda LIBRAS e trabalhe sozinho, mas sim junto a outros profissionais. O referido decreto, em seu capítulo IV, traduz o que se espera do professor ao aprender a LIBRAS:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. § 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem: [...] III - prover as escolas com: [...] d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos (BRASIL, **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**).

Segundo Almeida e Vitaliano (2012, p.4), talvez seja o item “d” mencionado na citação acima,

[...] o que melhor justifica a disciplina de Libras na formação de professores e que deveria nortear os planejamentos da disciplina, principalmente a seleção de conteúdos que serão ministrados ao longo da disciplina, cuidando desse modo para que a disciplina não se equipare a um curso básico de Libras. Conhecer a singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos poderia constituir-se como um dos objetivos principais para se inserir Língua de Sinais no currículo das licenciaturas e outros cursos referidos no decreto.

É preciso levar em consideração que os alunos surdos necessitam de espaços educacionais incitadores, que estimulem o pensamento e explorem suas capacidades cognitivas. Desse modo,

[...] consideramos que investir na formação de professores, tanto em formação inicial como formação continuada é a melhor forma de contribuir com o processo educacional inclusivo, visto que quase todos os fatores que interferem para que essa inclusão seja efetiva estão relacionados às atitudes e práticas cotidianas em sala de aula, seja referente à didática do professor ou às relações sociais do professor para com os alunos ou às que ele pode mediar entre os mesmos (ALMEIDA e VITALIANO, 2012, p.4-5).

No entanto, é importante que alguns pontos sejam destacados e analisados para que o processo de efetivação da LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores tenha um sucesso maior, entre os quais:

[...] podemos elencar a receptividade dessa disciplina pelos graduandos, o modo como se tem dado o ensino da disciplina, quais conteúdos são abrangidos, qual o perfil do profissional que ministra a disciplina de Libras, entre outras. Há também que se considerar uma análise do processo a partir dos envolvidos neste, objetivando a busca de pistas sobre seus efeitos junto aos graduandos dos cursos de pedagogia, bem como o que não tem funcionado muito bem e o que deve ser mantido ou não em relação aos conteúdos, estratégias ou metodologias de ensino (ALMEIDA e VITALIANO, 2012, p.5).

Dessa forma, podemos definir que, a disciplina de LIBRAS como parte integrante da grade curricular de ensino dos cursos de formação de professores é extremamente importante para o processo de inclusão, pois é exatamente nesse ponto onde o processo se inicia.

2.6.2 Disciplina de LIBRAS no Ensino Regular

A inclusão da LIBRAS como disciplina no ensino regular auxilia grandemente no processo de inclusão e acessibilidade do aluno surdo no convívio escolar, tanto com outros alunos quanto com todo o corpo docente. Assim, a LIBRAS como disciplina curricular no Ensino Fundamental pode colaborar de forma significativa para a inclusão e acessibilidade do aluno surdo nas aulas de todas as disciplinas, como a Educação Física. Os surdos, de acordo com Almeida e Fonseca (2013, p.68)

[...] são considerados uma minoria linguística, e portanto, se a educação inclusiva visa a atender as especificidades de cada educando, cabe uma adaptação curricular com uma proposta em que, paralelamente à Língua Portuguesa, a Língua de Sinais seja a língua alvo durante todo o processo educativo.

Podemos citar com exemplo, o município de Rio Branco – AC onde existe um projeto de inclusão de LIBRAS no ensino regular. O projeto “Escola Acessível, Caminhos para o Bilinguismo” propõe que “[...] até 2021 todas as escolas da rede municipal de Rio Branco incluam a Linguagem Brasileira dos Sinais (Libras) como disciplina curricular.” (MUNIZ, 2013, s.p.). O projeto iniciou em 2012, sendo que a coordenadora do mesmo explica que aos poucos o projeto vai abrangendo as escolas. A coordenadora diz que “Para não prejudicar a rede de ensino municipal, a inclusão está

sendo feita de forma gradativa, começando com quatro escolas e progressivamente quatro escolas por ano" (MUNIZ, 2013, s.p.).

O projeto está sendo realizado em escolas de ensino infantil, porque

O objetivo é atingir justamente as crianças pela facilidade de aprendizagem e a formação de possíveis profissionais. "Nós não vamos ter tanta falta de profissionais como os intérpretes, porque vai ser mais fácil encontrar pessoas que se identifiquem com a língua. Imagina se você tem contato com essa língua na sua pré-escola, o curso de intérprete será tão fácil como qualquer outro", explica. Jucelma resume a importância do projeto na inclusão social. "Além de ser bom para o surdo, vai ser bom para o ouvinte, porque não vai ser mais um bicho de sete cabeças quando encontrar uma pessoa que não fala nossa língua oral. Essa parte social, no meu ponto de vista, é a parte mais interessante do projeto, fazer com que crianças sintam-se à vontade para se comunicar com os colegas surdos, sem ter aquela ideia pré-estabelecida de que o surdo não pode falar. Ele sabe falar sim, mas nós falamos com ele dessa forma" (MUNIZ, 2013, s.p.).

É interessante ressaltar que a escola é um espaço não apenas de caráter educacional, mas também um importante espaço que possibilita a formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. A escola é um espaço cultural e social diverso, sendo assim um local que agrupa diversidades relacionadas à linguagem, religião, raça, etc.

A escola é um local de aprendizagem divergente, onde há troca de diversos tipos de conhecimentos, "[...] precisando, portanto atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões" (BASSANI E SBARDELLOTTO, 2010, s.p.). Por isso que:

Diferente dos ouvintes, grande parte das crianças surdas entram na escola sem o conhecimento da língua, sendo que a maioria delas vem de famílias ouvintes que não sabem a língua de sinais, portanto, a necessidade que a LIBRAS seja, no contexto escolar, não só língua de instrução, mas, disciplina a ser ensinada, por isso, é imprescindível que o ensino de LIBRAS seja incluído nas séries iniciais do ensino fundamental para que o surdo possa adquirir uma língua e posteriormente receber informações escolares em língua de sinais (BASSANI E SBARDELLOTTO, 2010, s.p.).

A LIBRAS no ensino regular tem uma função que vai além do seu valor para o progresso educacional do surdo, isso por que

O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, por isso, não basta somente a escola colocar duas línguas nas classes, é preciso que haja a adequação curricular necessária, apoio para os profissionais especializados para favorecer

surdos e ouvintes, a fim de tornar o ensino apropriado a particularidade de cada aluno. Sobre isso Skliar menciona que, segundo SKLIAR (2005, p. 27), 'Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas'. A escola deve apresentar alternativas voltadas às necessidades lingüísticas dos surdos, promovendo estratégias que permitam a incursão e o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua (BASSANI E SBARDELOTTO, 2010, s.p.).

Os distintos modos de oportunizar uma educação ao aluno surdo estão sujeitos às decisões politico-pedagógicas que são tomadas pela direção da escola. Ao escolher incluir a LIBRAS como disciplina curricular do Ensino Fundamental, as escolas acabam adotando uma política em que duas línguas serão exercitadas de modo a favorecer tanto o aprendizado da LIBRAS pelo aluno surdo como primeira língua na escola regular quanto a comunicação entre surdos e ouvintes, além de favorecer o processo de inclusão e acessibilidade do aluno surdo nas aulas de todas as disciplinas, como a Educação Física.

2.6.3 O Intérprete de LIBRAS no Ensino Regular

Nos diálogos sobre as políticas públicas que tratam da educação como direito de todos, surgem questionamentos acerca da inclusão escolar dos surdos, a função do intérprete de LIBRAS em sala de aula e a sua ligação com o aluno surdo. Dessa forma, podemos tentar compreender que:

O Brasil, em acordo com a inclusão internacional, também tem um olhar específico à educação especial e assegura, pela lei, o acesso à educação, oferecida na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL,1996). Além de um lugar específico e serviços especializados para atender os alunos, a lei também garante ao aluno recursos educativos específicos para atender suas necessidades, professores com especialização adequada em nível médio ou superior capacitados para atender esses alunos (SANTOS e FESTA, 2014, p.3).

Como mencionado anteriormente, a LIBRAS foi reconhecida a partir da Lei 10.436/2002. Sendo assim, a LIBRAS é admitida como um meio de comunicação legal, cuja estrutura gramatical particular integra o sistema de comunicação de ideias e fatos, originários de comunidades de pessoas surdas brasileiras. Segundo Santos

e Festa (2014, p.4) “Outro documento importante na área da surdez é o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005)”.

O Decreto 5.626/2005, em seu capítulo VI, aborda sobre a inclusão de alunos surdos com a presença de intérpretes de LIBRAS nas escolas, como descrito no:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. [...] Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. § 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo. § 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**).

Desse modo, observa-se que a função do intérprete tem grande valor no que diz respeito à comunicação entre surdos e ouvintes nas escolas. Segundo Santos e Festa (2014, p.4): “O intérprete é o profissional que interpreta de uma língua fonte para outra língua (língua alvo) o que foi dito.” As autoras ainda mencionam que é de extrema importância que o intérprete de LIBRAS tenha o domínio da língua oral para exercer seu trabalho de modo eficiente.

Como abordamos anteriormente, ao aprenderem a LIBRAS, os professores viabilizam o processo de inclusão escolar do surdo. E, com o apoio do intérprete de LIBRAS, essa viabilização é facilitada. Sendo assim,

A utilização da língua de sinais deve ocorrer no processo educativo, quando houver a presença de aluno surdo, visto que este possui dificuldades para compreensão de informações através da língua oral. Dessa forma, os professores precisam dominar a Língua Brasileira de Sinais como também ter o apoio de um profissional capacitado nesse assunto, no caso, um intérprete de Libras/Língua Portuguesa (MAGALHÃES, 2013, p.81).

O intérprete de LIBRAS nas salas de aula é muito importante no processo de inclusão do aluno surdo, mas a inserção desse profissional precisa ser realizada de forma cuidadosa e reflexiva, como menciona Magalhães (2013, p.82-83), pois

A inserção desses profissionais precisa ser feita com cuidado e reflexão, uma vez que a prática inclusiva observada até o momento aponta para a evidência de desconhecimento da realidade das comunidades surdas, de falta de preparo e de oportunidades para discussões sobre essas possibilidades. Além disso, essa atuação exige uma demanda de trabalho intensa, dedicação de várias horas diárias, necessidade de disponibilidade quase que integral para a atividade, já que, muitas vezes, o intérprete precisa se preparar e estudar temas, para poder passá-los ao aluno surdo nas aulas. Deve-se levar em conta ainda, a importância do ato de interpretar, o qual corresponde ao processo cognitivo pelo qual se trocam mensagens de uma língua a outra, sejam elas orais ou sinalizadas.

O intérprete faz uma conexão entre duas pessoas, intervindo entre as informações de culturas diferentes, permitindo o diálogo entre surdos e ouvintes, e vice-versa. Sendo assim, de acordo com Magalhães (2013, p.83),

[...] a todo intérprete é necessário um vasto conhecimento para transitar entre as duas línguas, esforçando-se para incorporar conceitos linguísticos e culturais das comunidades envolvidas, para que todo o significado que se transporte da mente de um falante para o outro venha repleto de nuances, de minúcias da língua de quem a transporta para a outra língua.

O intérprete tem uma função significativa no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, “Portanto, o papel do intérprete vai muito além de interpretar uma língua para outra, sua função é maior que ser apenas a ponte para uma boa comunicação” (SANTOS E FESTA, 2014, p.6). Deve estar totalmente inserido no processo de comunicação social e cultural, sendo capaz de influenciar o objeto e o produto da compreensão. Além disso, sua função na educação inclusiva de alunos surdos tem valor efetivar a mediação linguística entre: professores e alunos ouvintes; professores e alunos surdos; e, alunos ouvintes e alunos surdos. Dessa forma, o profissional faz com que os conhecimentos escolares cheguem aos alunos surdos de forma eficiente e eficaz.

No entanto, para efetivar de vez a inclusão do aluno surdo nas escolas, bem como nas aulas de Educação Física, é preciso que haja integração entre os corpos docente e discente, ou seja, que tanto o aluno surdo quanto a direção e a coordenação da escola, bem como os professores e intérpretes, trabalhem em

conjunto para que o rendimento escolar do aluno surdo seja positivo. Sendo assim, o processo de inclusão e acessibilidade do aluno surdo nas escolas, bem como nas aulas de Educação Física não é responsabilidade apenas do corpo docente trabalhando junto aos intérpretes, mas o aluno surdo também precisa assumir responsabilidade por seu aprendizado.

2.7 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS SURDOS

Segundo Casarotto *et al* (2012), a Educação Física se estabelece no processo de inclusão do aluno surdo de maneira muito especial, pois a participação dos alunos em suas aulas permite que eles vivenciem e desfrutem ao máximo do que o meio escolar lhes tem a oferecer, proporcionando a possibilidade da inclusão e aproximação com os demais alunos. Além disso, cria oportunidades de desenvolvimento do autoconhecimento ajudando na sua formação cognitiva e social. Quanto ao professor, cabe a ele a tarefa de explorar os potenciais de cada aluno, alternando tarefas individuais e grupais, tornando-se o mediador no processo para solucionar as dificuldades no cumprimento das atividades.

Nesse sentido, para Casarotto *et al* (2012, p.5)

As aulas de educação física proporcionam atividades que desenvolvem a consciência/compreensão corporal, além de estimular atividades de cooperação, respeito e amizade, construindo o hábito pela prática de atividade física para uma vida saudável, produtiva e emocionalmente equilibrada.

Ressaltando essa relevância, Alves *et al* (s.d., p.194) mencionam que a Educação Física é muito importante no processo de inclusão educacional, pois

[...] a disciplina Educação Física como parte integrante da grade curricular das escolas não poderia ausentar-se desse processo de inclusão educacional. Destarte, corrobora-se com Rodrigues (2003) quando argumenta que o professor de Educação Física representa condição *sine qua non*¹ para que a inclusão se torne efetiva, por ser instrumentalizado de conhecimentos e técnicas que contribuem para melhoria da formação,

¹ Locução adjetiva, do latim, que significa “sem a qual não”.

saúde e qualidade de vida dos alunos, além do acesso destes à diversidade.

O professor de Educação Física, ao exercer sua prática pedagógica, também é fundamental no processo de inclusão educacional. É interessante ressaltar que essa prática pedagógica precisa mostrar um comprometimento com o desenvolvimento social, colaborando favoravelmente no campo da educação inclusiva, utilizando novas proposições e novos enfoques teórico-metodológicos, que incitam a criatividade, por exemplo. É preciso que o professor de Educação Física elabore atividades que proporcionem aos alunos experiências que auxiliam a cooperação e o desenvolvimento social saudável, contribuindo também para desenvolvimento psicomotor dos alunos (ALVES *et al*, s.d.).

Segundo Barbanti (s.d.), a Educação Física se atenta, especialmente, para o relacionamento entre o movimento humano e outros campos educacionais, ou seja, relacionamento do desenvolvimento físico com o mental, social e o emocional na proporção em que eles vão progredindo. Barbanti (s.d., p.1) complementa que:

Essa preocupação pelo desenvolvimento físico com outras áreas do crescimento e desenvolvimento humano contribui para uma esfera de ação única da Educação Física, pois nenhuma área trata do desenvolvimento total do homem, com exceção da Educação no seu sendo mais geral possível.

Sendo assim, a Educação Física não é apenas uma disciplina onde se aprende teorias e técnicas esportivas, mas sim uma importante ferramenta educacional que estimula não apenas o aspecto físico do aluno, mas também os aspectos mental, social e emocional, o que contribuí para o aluno surdo, pois:

Em se tratando das pessoas com surdez, corrobora-se com Greguol (2010), ao argumentar que apesar da deficiência auditiva aparentemente não demonstrar grandes comprometimentos ao desenvolvimento geral do indivíduo, o impacto da perda do sentido da audição pode acarretar sérios danos e agravos, caso o indivíduo não tenha estímulos apropriados. Segundo Dizeu e Caporali (2005) o contato da criança surda desde os primeiros anos de idade com adultos surdos possibilitará que esta criança consiga entender o mundo em que vive ajudando na construção da sua subjetividade. (ALVES *et al*, s.d., p.194)

Com isso, observar-se que a Educação Física tem um papel bem relevante no contexto de inclusão do aluno surdo, pois possibilita a integração, além influenciar

na formação social do indivíduo. Além disso, essa disciplina faz com que haja um processo de aproximação e até mesmo de estabelecimento de laços afetivos com os outros alunos.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, os métodos utilizados foram detalhados na seguinte ordem: Classificação da Pesquisa, Levantamento da Pesquisa e Resultados das buscas, com intuito de proporcionar um melhor entendimento de como foi realizada todas as etapas da construção e uma produção criteriosa dos dados para a leitura e análises, do estudo.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Realizando um levantamento inicial para o desenvolvimento da pesquisa, pudemos observar que são bem escassos os trabalhos que destaquem a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física, e com isso decidimos fazer uma análise acerca do que esses poucos trabalhos vem nos mostrando nos últimos anos.

A técnica utilizada para coleta de dados foi bibliográfica. Gil (2010, p.29) aborda que:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa incluir material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos". Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Quanto à produção de dados, pode-se classificar a pesquisa como teórico-bibliográfica, pois dedicou-se a estudar teorias sobre a inclusão e a acessibilidade do aluno surdo nas aulas de Educação Física. Segundo Baffi (s.d., p.1), a pesquisa teórica:

Trata-se da pesquisa que é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (Demo, 2000, p. 20). Esse tipo de pesquisa é orientada no sentido de re-construir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. A pesquisa teórica não implica imediata intervenção na realidade, mas nem

por isso deixa de ser importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção.

A técnica de pesquisa bibliográfica melhor se aplica pelo fato de que, ela nos permite um acesso mais amplo a uma enorme quantidade de dados, por meio dos trabalhos já produzidos e publicados. Segundo Gil (2010, p. 30)

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

3.2 LEVANTAMENTO DA PESQUISA

Foi realizada uma busca nos periódicos, indexadores, diretórios e bancos de teses e dissertações da área de produção científica da Educação Física escolar sobre a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física, nos anos de 2005 a 2016. Essa delimitação temporal é diretamente influenciada pelo Decreto 5.626/2005, que delimita e defini o sujeito surdo e o que é surdez, inclui a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória no curso de formação de professores e ainda trata sobre a inclusão do aluno surdo com o intérprete de LIBRAS nas salas de aula, o que nos serviu de base para iniciar as pesquisas.

As buscas se deram a partir dos seguintes termos descritores: Surdo; Surdez; Deficiência auditiva; Deficiente auditivo; Deficiência; Ouvido; Surdo-Mudo; Mudo; Audição; Implante Coclear; Coclear; Inclusão; Acessibilidade; Educação Especial; Educação Inclusiva; Educação Física Adaptada e Adaptação, resultando em 81 trabalhos encontrados.

Em seguida foi realizada uma leitura minuciosa dos mesmos, no qual foram selecionados 18 trabalhos relacionados com a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar. Posteriormente os 18 trabalhos escolhidos passaram por um processo de leitura para a produção de nossas análises, seguindo o princípio da análise simples, sinalizando as principais questões que estão sendo abordados entre as obras nos últimos 10 anos, referentes ao tema.

3.3 RESULTADOS DAS BUSCAS

Foram pesquisados 17 Periódicos da área da Educação Física, entre 2005 e 2016, conforme delimitação. Nos 15 Periódicos a seguir: Revista Brasileira de Ciência do Esporte, Revista Motricidade, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte – RBEFE_USP, Revista Motrivivência, Revista Gymnasiun, Revista Motriz, Revistas ULBRA e MOVIMENTO (UEM), Revista Movimento, Revista Conexão, Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física, Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, Revista Brasileira de Medicina do Esporte, Arquivos de Ciências do Esporte, Journal of Science and Medicine in Sport e Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, não foram encontrados trabalhos relacionados com o tema em questão.

No periódico: *Revista Pensar a Prática* e no banco de periódicos da CAPES, foram encontrados 05 trabalhos relacionados com a temática, conforme indicado no quadro 01.

PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA <i>ON-LINE</i>		
PERIÓDICOS	QUANTIDADE	ANO
Revista Pensar a Prática	01	2015
Banco de Periódicos da CAPES	04	2008; 2010; 2013; 2015

QUADRO 01 - PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA *ON-LINE*

Já no quadro 02 (abaixo), nos bancos de Teses e Dissertações pesquisados entre 2005 a 2016, entre os quatros, dois apresentaram trabalhos com os termos descritores referentes ao tema.

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES ON-LINE		
BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES	QUANTIDADE	ANO
PPGEF – UFES (banco de Teses e Dissertações)	0	-
PPGE – UFES (banco de Teses e Dissertações)	2	2013; 2014
PPGE – USP (banco de Teses e Dissertações)	0	-
PPGEF – USP (banco de Teses e Dissertações)	08	2010; 2011(4); 2013 (2); 2015

QUADRO 02 - BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES ON-LINE

Foram pesquisados 11 Indexadores, considerando a delimitação temporal, porém, nos 9 indexadores a seguir: Ebsco Publishing: Business Source Complete, Gale Cengage Learning, REDIB, RePEc - Research Papers in Economics, SCIELO - Scientific Electronic Library Online, Scopus | Elsevier, Sherpa/Romeo, Sumários Brasileiros de Revistas Científicas e Thomson Reuters: SSCI, JCR, não apresentam trabalhos relacionados com a temática discutida neste estudo.

No indexador: *Biblioteca Virtual em Saúde – LILACS e Sistema de Información Científica Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*, foram encontrados 2 trabalhos relacionado com o tema, conforme indicado no quadro 3.

INDEXADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ON-LINE		
INDEXADORES	QUANTIDADE	ANO
Biblioteca Virtual em Saúde – LILACS	01	2013
Sistema de Información Científica Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe España y Portugal	01	2013

QUADRO 03 - INDEXADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ON-LINE

Em 05 Diretórios On-Line pesquisados, entre 2005 e 2016, somente no CLASE-Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades foi encontrado 01 artigo de 2014 referente ao tema. Nos outros como, DOAJ - Directory of Open Access Journals, 10th Edition of Cabell's Directory of Publishing Opportunities in Management, Diadorim e Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, Espana y Portugal, não foram encontrados trabalhos relacionados com a temática tratada neste estudo.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Uma vez realizada toda a leitura dos achados, passamos então ao processo de análise sobre os trabalhos encontrados, tentando evidenciar o que eles apontam, quais as principais discussões, quais as divergências e convergências em que os estudos se articulam, os tipos de tratamento metodológicos sobre a temática e o que o ainda não foi discutido.

4.1 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO.

Na leitura dos textos, podemos perceber em comum que, o que tem se apresentado com mais evidência é a importância que o professor de Educação Física tem no processo de inclusão do aluno surdo. Tema que é constantemente abordado pelos autores dos textos encontrados, assim como Pedrosa (2010, p.6, QUADRO – 02).

Trabalhar as potencialidades do aluno surdo nas aulas de Educação Física é de suma importância para o seu processo de desenvolvimento e o professor deve identificar e obter competência para execução desse trabalho.

Indo além dessas competências citada por Pedrosa (2010), o professor deve representar um papel ativo no processo de ensino aprendizagem, assim como Pereira (2011, p.63, QUADRO - 02) nos mostra:

Os professores têm um papel muito activo no processo do ensino aprendizagem, pelo que devem desenvolver, não só competências que lhes permitam responder às necessidades educativas dos alunos, mas também atitudes positivas em relação à integração e à inclusão.

Levando então em consideração esse papel ativo, o professor deve estar preparado para desenvolver suas aulas de forma que essas aulas sejam atrativas para todos seus alunos, e que possam contribuir de maneira geral para o seu desenvolvimento. Alves (2014, p.69, DIRETÓRIOS) aborda melhor essa questão.

Os professores de Educação Física devem utilizar seus conhecimentos para garantir a todos os seus alunos, deficientes auditivos ou não, aulas

motivadoras, interessantes e de qualidade, demonstrando o quanto se pode contribuir culturalmente, socialmente, cognitivamente e fisicamente na formação desses alunos, abarcando, dessa maneira, uma maior e efetiva participação dos sujeitos nas suas aulas.

Ainda sobre a importância do professor nesse processo Venson (2011, p.11, QUADRO – 02) fala que:

O professor é responsável pela 'lapidação' do saber, devendo atualizar-se do conhecimento, experiências geradas através de práticas e competências durante o decorrer de sua profissão, procurando, contudo uma aproximação positiva com os alunos incluídos.

Fica aqui então evidente a importância do professor de Educação Física no processo de inclusão do aluno surdo, levando em consideração os textos achados e tudo o que já foi discutido nesse trabalho, e considerando também o que foi exposto anteriormente no referencial teórico, quando tratamos da Educação Física no processo de inclusão social dos alunos surdos.

4.2 AS METODOLOGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES, QUE SÃO INSATISFATÓRIAS E NÃO APRESENTAM EFICÁCIA NO ENSINO.

É sabido da importância do professor de Educação Física no processo de inclusão do aluno surdo, como vimos anteriormente. Porém para que essa inclusão de fato ocorra é necessário que os professores utilizem métodos de ensino eficazes, que promova a interação e aprendizagem significativa de todos os alunos. Mas, infelizmente em alguns textos vem relatando que os métodos mais eficientes para a promoção da inclusão são os menos utilizados, assim como observado por Duarte, (2015, p.36 QUADRO - 01), pois:

De modo geral, observou-se baixas porcentagens obtidas pelos Métodos de Trabalho em Grupo e Método Elaboração Conjunta que poderiam vir a auxiliar no processo inclusivo, pois, através do trabalho desenvolvido em equipe ocorre a interação e conseqüentemente a troca de conhecimentos e todos contribuem da sua forma no decorrer do processo educativo, desta forma, as diferenças físicas, sociais e cognitivas entre os alunos são minimizadas e 'vistas' de forma contributiva e não menosprezadas.

Reforçando a importância de adotar metodologias eficazes, Pedrosa (2013, p.108, QUADRO - 03) afirma que: [...] “para que o aluno surdo seja atendido efetivamente o professor deve repensar suas perspectivas pedagógicas adotando metodologias apropriadas que favoreçam a comunicação entre surdos e ouvintes”.

Como também Cortez (2008, p.16, QUADRO – 01) menciona em seu estudo, Nunes (2007, QUADRO - 01), que diz: “Os professores têm um papel determinante na formação de atitudes, positivas e negativas, face ao processo de ensino-aprendizagem”.

Concordando com os demais autores, Duarte (2015, p.27-28, QUADRO - 01) acredita que

A busca pelo conhecimento deve contemplar as peculiaridades e potencialidades de todos os alunos e, neste ínterim, o professor desempenha a tarefa primordial de desenvolver ações e aplicar práticas educativas, adequando seus conceitos didático- metodológicos, sua postura pedagógica frente à necessidade do alunado, desenvolvendo princípios fundamentais para formação uma sociedade, resultando suas ações em saber concreto.

É bem verdade que o professor de Educação Física, em sua prática pedagógica, vai influenciar diretamente no processo de inclusão do aluno, porém a estrutura da escola, seja ela física ou pedagógica, interfere nesse processo. Pedrosa (2010, p.14, QUADRO - 02.) deixa isso claro quando diz que “ A falta de estrutura da escola dificulta a atuação do profissional para que ocorra à inclusão.”

Entende-se que é um desafio para os professores trabalhar as aulas com alunos surdos em uma turma regular, e que muitas vezes o professor não encontra um cenário favorável para supera-lo, toda via de acordo com Pedrosa (2010, p.16, QUADRO - 02), “Para mudar esse cenário, é necessária capacitação por parte dos profissionais que buscam a melhora de sua prática pedagógica”.

4.3 A FALTA DE CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES PARA INCLUIR OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS EM SUAS AULAS.

Embora as discussões acerca da educação inclusiva estejam presentes no ambiente escolar, ainda se percebe o despreparo dos professores para lidar com a inclusão nas suas práticas pedagógicas, principalmente se tratando do aluno surdo. Isso fica evidente na leitura dos textos, no qual os próprios professores de Educação Física reconhecem as dificuldades encontradas e a falta de capacitação adequada para atender a esse público, como Pedrosa (2010 p. 18, QUADRO - 02), mostra:

[...] acredito que poderia ter auxiliado melhor se tivesse uma preparação qualificada, pois a maioria dos profissionais da educação não estão aptos didaticamente, socialmente e nem psicologicamente para esta inclusão', 'se faz necessária e urgente a formação desse profissional visando à inclusão e o aproveitamento deste belo momento de evolução social' e para isso um 'grande desafio é buscar atualização, através de cursos e seminários'.

Aqui podemos ver que a falta de capacitação do professor de Educação Física, vai influenciar diretamente no processo de inclusão do aluno surdo. Com isso vale lembrar que a preparação e capacitação do professor durante sua formação é imprescindível neste contexto, pois como Fiorini (2011, p. 17, QUADRO - 02) nos mostra a seguir.

Atuar como professor de Educação Física em escolas nas quais há alunos com deficiência regularmente matriculados é uma realidade atual. A inclusão não é uma opção educacional, mas é uma proposta que há algum tempo vigora nas escolas.

Como foi dito pela autora, essa atuação do professor é algo que já vem acontecendo há algum tempo, por isso, o professor deve estar sempre atualizado para que possa superar as dificuldades que aparecerão em sua trajetória, assim com Venson (2011, p.22, QUADRO - 02.) nos mostra a seguir, que

Precisa-se além de nossa formação inicial estar sempre se atualizando através de curso, para assim, poder ter um conhecimento superior as dificuldades encontradas durante a profissão, tornando-se bons professores.

A falta dessa formação continuada atrapalha a atuação do professor que vai trabalhar com alunos surdos, pois essa falta de preparação acaba gerando uma série

de sentimentos que limitam o desenvolvimento do profissional em relação a sua prática pedagógica. Podemos observar isso, na fala de Espote (2013, p.84, QUADRO - 03) que afirma.

[...] os sentimentos mais comuns dos professores que lidam com surdos estão: medo, insegurança, ansiedade e angústia, e que o despreparo do professor decorre de falhas em sua formação acadêmica, além de falta de conhecimentos sobre aparelhos auditivos, Libras e não utilizar salas de recursos.

Dessa maneira, Pedrosa (2013, p.111, QUADRO - 03) diz que para que o processo de formação continuada, em que o professor seja protagonista na discussão sobre as possibilidades e limitações da inclusão dos alunos surdos nas aulas de Educação Física, se efetive, é necessário à mudança no que se refere à capacitação docente.

O mesmo ainda acrescenta que, isso não significa necessariamente culpabilizar o professor, nem deixar de observar que a oferta de formação pode estar acontecendo de modo falho, mas sim reforçar a importância da capacitação do professor para atuar no processo educativo que visa à inclusão.

4.4 A FALTA DA DISCIPLINA LIBRAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE.

De acordo com Decreto 5.626/2005, em seu Cap.III, a LIBRAS é disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores. Porém segundo os textos muitos professores não teve em seu curso essa formação acadêmica.

Como aborda Alves (2013, p.202, QUADRO - 01) pois:

Há necessidade de que a formação superior disponibilize condições mínimas para que o professor adquira o conhecimento sobre as possibilidades da inclusão dos surdos nas suas aulas. Este conhecimento deve partir não só por meio de disciplinas específicas, mas sendo abordada a temática em todas as demais que constituem a grade curricular do curso de formação.

O aprendizado da Língua Brasileira de Sinais é extremamente importante, principalmente para o professor que estará ligado diretamente ao aluno surdo, e

necessita da comunicação para transmitir o conhecimento. Assim, segundo Alves (2013,p.202, QUADRO - 01) deve-se considerar que:

Os conhecimentos do professor serão ampliados mediante a sua atuação no dia-a-dia do espaço escolar, desta forma as experiências vivenciadas neste contexto social é que lhes dará subsídios pedagógicos necessários para uma prática cada dia mais diferenciada e atenta para os desafios encontrados no cotidiano da escola.

Destarte, se não houver essa comunicação entre o professor e o aluno, isso pode influenciar no aprendizado do aluno. Como mostra Pedrosa (2013, p.111, QUADRO - 03):

O aluno com surdez pode ficar prejudicado pela falta de conhecimento de LIBRAS por parte do professor, uma vez que é esta uma comunicação mais efetiva com os alunos surdos, o que pode ser fator limitante no desenvolvimento dos mesmos.

Em virtude do que aqui observamos a disciplina de LIBRAS nos cursos de formação docente, se faz indispensável, uma vez que, ela é o meio pelo qual acontece, de forma mais efetiva, a comunicação entre o professor e o aluno surdo, e como também já foi observado nesse capítulo ela pode influenciar diretamente no aprendizado e conseqüentemente no processo de inclusão do aluno surdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões sobre os processos de inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar, podemos perceber que, para que realmente haja um processo de inclusão é necessário que ocorra uma transformação cultural e pedagógica nas escolas e nos professores de Educação Física, e a ação dos órgãos responsáveis para o cumprimento da Lei.

Como foi evidenciado, a educação é um direito de todos e as escolas não estão fazendo nenhum favor matriculando pessoas com deficiência nos cursos regulares de ensino. Estão meramente cumprindo o que é predisposto na lei, depois de tudo que foi abordado nesse trabalho, observamos que, simplesmente colocar esse aluno dentro da sala de aula não garante que ele esteja efetivamente incluído no processo de ensino aprendizagem. Para que esse aluno com deficiência possa ser efetivamente incluído, é necessário todo um processo, onde o ponto de partida é sim, o acesso desse aluno ao ensino regular, mas que vai muito além.

Como vimos ao longo desse trabalho o professor de Educação Física tem um papel fundamental nesse processo, por isso ele deve estar preparado para assumir essa responsabilidade, pois ele será um dos grandes responsáveis para que essa inclusão ocorra efetivamente em suas aulas.

Portanto, é de suma importância que as aulas sejam pensadas de maneira homogênea e ao mesmo tempo diversa, para que todos os alunos, sejam eles ouvintes ou não, possam participar de maneira efetiva e inclusiva.

Observando-se tudo o que foi discutido no presente trabalho, pode-se dizer que um leque de possibilidades foi aberto no campo da pesquisa, sobre a temática da inclusão do aluno surdo. Muito se foi dito aqui, mas seria impossível discutir todas as possibilidades que o tema nos proporciona, assim abrimos margem para que novos estudos sejam feitos e que busquem responder questões que não foram aprofundadas neste trabalho, temáticas que tratem mais profundamente a questão do interprete de LIBRAS nas aulas de Educação Física, que abordem a inclusão da LIBRAS como disciplina formal na grade curricular das escolas de ensino regular e estudos que tratem sobre a educação bilíngue para surdos tendo a LIBRAS como língua oficial sem dispensar o uso da modalidade escrita da língua portuguesa.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andréa Oliveira; FONSECA, Maria da Conceição Vinciprova. Libras: a inclusão de surdos na escola regular. **Revista Práxis** – ano V – nº 9 – Junho de 2013. Acesso em: 10. Out. 2015.

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de; VITALIANO, Célia Regina. **A Disciplina de LIBRAS na Formação Inicial de Pedagogos**: experiência dos graduandos. 2012. <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2429/582>. Acesso em: 15 Set. 2015.

ALMEIDA, Magno Pinheiro de; ALMEIDA, Miguel Eugênio. História de Libras: característica e sua estrutura. **Revista Philologus**, Ano 18, nº 54 - Suplemento: Anais da VII JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012. Acesso em: 15 Set. 2015.

ALVES, Tássia Pereira *et al.* Inclusão de Alunos Surdos com Surdez na Educação Física Escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, n. 3, v. 7 p.192-204. Acesso em: 12 Out. 2015.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAÚJO, Laine Reis. **Inclusão Social do Surdo**: reflexões sobre as contribuições da Lei 10.436 à educação, aos profissionais e à sociedade atual. 2012. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/inclus%C3%A3o-social-do-surdo-reflex%C3%B5es-sobre-contribui%C3%A7%C3%B5es-da-lei-10436-%C3%A1-educa%C3%A7%C3%A3o-aos-profissi>. Acesso em: 15 Set. 2015.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. **Modalidades de Pesquisa**: um estudo introdutório. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met02a.htm>. Acesso em: 12 Out. 2015.

BARBANTI, Valdir. **O Que é Educação Física.** Disponível em: <http://sistemas.eeferp.usp.br/myron/arquivos/7844237/f69f785646bbeb7d87a2a77be4249ed6.pdf>. Acesso em: 27 Out. 2015.

BASSANI, Cristiane; SBARDELOTTO, Dilaine Aparecida. **A Importância do Ensino de LIBRAS na Educação Fundamental.** 2010. Disponível em: <http://www.faesi.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/224-a-importancia-do-ensino-de-libras-na-educacao-fundamental>. Acesso em: 11 Out. 2015.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 23 Set. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 de dez. de 2004, Seção 1, p. 5.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção 1, de 23 de dez. de 2005, p. 28.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em 12 Nov.2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 07 Jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 12 Nov. 2015.

CAMISÃO Verônica. **Acessibilidade & Educação Inclusiva.** Disponível em: http://cnotinfor.imagina.pt/inclusiva/report_acessibilidade_educacao_inclusiva_pt.htm l. Acesso em: 08 Out. 2015.

CASAROTTO, Veronica Jocasta; ROSA, Cristian Leandro Lopes da; MAZZOCATO, Ana Paula Facco. **Educação Física e o Aluno Surdo**. 2012. Disponível em: <http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2012/Educacao%20e%20desenvolvimento%20humano/artigo/educacao%20fisica%20e%20o%20aluno%20surdo%20.pdf>. Acesso em: 12 Out. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GALLO, Emanuela Cerutti; ORSO, Kelen Daiane; FIÓRIO, Franciane Barbieri. **Análise da Acessibilidade das Pessoas com Deficiência Física nas Escolas de Chapecó-SC e o Papel do Fisioterapeuta no Ambiente Escolar**. 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/analise_acessibilidade_pessoas_deficiencia_fisica_escolas.pdf. Acesso em: 08 Out. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Um Pouco da História das Diferentes Abordagens na Educação dos Surdos**. Cad. CEDES, v.19, n. 46, Campinas, set./1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 Set. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa, Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisas, Elaboração e Interpretação de Dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. **O Papel do Intérprete de LIBRAS na Sala de Aula Inclusiva**. Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 – Número VII – Jan-jun 2013. Disponível em: periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/.../108/147. Acesso em: 12 Out. 2015.

MENOSSEI, Leonilda Aparecida de Campos. **Estudo Histórico dos Surdos**. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2835735>. Acesso em: 15 Set. 2015.

MUNIZ, Tácita. **Escolas Terão Que Implantar Libras Como Disciplina Curricular**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/05/escolas-terao-que-implantar-libras-como-disciplina-curricular.html>. Acesso em: 11. Out. 2015.

NICOLAU, Maria Bernadete. **A História da Feneis**. 2008. Disponível em: <http://pantanalnetlibras.blogspot.com.br/2008/06/histria-da-feneis.html>. Acesso em: 08 Out. 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Dificuldades de Aprendizagem da Criança Surda**. 2013. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/41206/dificuldades-de-aprendizagem-da-crianca-surda>. Acesso em: 09 Out. 2015.

SANTOS, Luciane; FESTA, Priscila Soares Vidal. **A Relação do Intérprete de LIBRAS e o Aluno Surdo**: um estudo de caso. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET – ISSN 2175-1773 – Junho de 2014. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n7/ARTIGO-PRISCILA.pdf>. Acesso em: 12 Out. 2015.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis: 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 15 Set. 2015.

UNOESC. **O que é Acessibilidade?** Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/atendimento/definicao>. Acesso em: 23 Set. 2015.

VARGAS, Jaqueline Santos; GOBARA, Shirley Takeco. **O Aluno Surdo nas Escolas Regulares**: dificuldades na inclusão. Disponível em:

<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1012-1.pdf>. Acesso em: 08 Out. 2015.